7º Seminário de Graduação e Pós-Graduação em Relações Internacionais
da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI)

Área Temática: Feminismos, Gênero e Sexualidades

NOVOS PATAMARES DE VIOLÊNCIA: PORQUE O TRÁFICO SEXUAL NA UCRÂNIA É UM SUBPRODUTO DA ORDEM MUNDIAL PÓS-SOVIÉTICA?

Kamila Borges Aragão Pessoa[1]
Universidade de Lisboa (FCT/ISCSP)

Porto Alegre
06 de Dezembro de 2024

[1] Bolsista da Fundação para Ciência e Tecnologia (FCT) no Programa de Doutorado em Relações Internacionais do Instituto de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), da Universidade de Lisboa.

RESUMO

Novos Patamares de violência: Porque o tráfico sexual na Ucrânia é um subproduto da ordem mundial soviética?

O término da Guerra Fria propiciou o crescimento e fortalecimento de atividades informais, clandestinas e tuteladas por organizações criminosas na Ucrânia, como o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual. O colapso da União Soviética em 1989, seguido pelo declínio econômico da Ucrânia, desencadeou uma estendida onda de pobreza e desemprego no país, em consonância com uma profusão de migrações. A transição desregrada do socialismo para o modelo ocidentalizado, além de transformar dramaticamente a vida cotidiana dos ucranianos, acabou possibilitando que o crime organizado e os funcionários corruptos assumissem o controle de grande parte do aparato estatal e do setor empresarial ucraniano.

Neste cenário de transição de regime e de abertura de mercado, muitas ucranianas foram estigmatizadas e marginalizadas política e economicamente. O alto índice de desemprego, em concordância com a economia escassa, a desigualdade de gênero e a perda dos benefícios empregatícios, foram fatores primordiais para as mulheres começarem a migrar para o Ocidente, em busca das oportunidades que lhes eram negadas. Paralelamente, a insatisfação, vulnerabilidade e a falta de perspectiva dessas mulheres tornava o seu recrutamento pela indústria do sexo consideravelmente mais fácil. Nessas circunstâncias, o tráfico da mulher despontava como uma transação econômica viável e altamente rentável, onde a regra básica é a lei da oferta e da procura de bens e serviços, sendo de menos-valia a (in)segurança da mulher. A demanda por mulheres para a prostituição, portanto, fomentava a força motora por trás do tráfico. Conforme leciona Hughes (2000), desde o colapso do comunismo, os traficantes vinham conseguindo os seus bens em países com “ofertas” abundantes, a exemplo da Europa Oriental (“países de origem”), e transferiam as “mercadorias” para os destinos que as exigiam e que estavam dispostos a pagar o suficiente para gerar um lucro consubstancial, a exemplo da Europa Ocidental.

A eclosão de uma guerra, ocasionada por uma política externa insólita russa, que flerta com a descrença da comunidade internacional e ressoa em números avassaladores de refugiados, faz com que questionemos a reconfiguração de um modelo pré montado, desde

as reconexões destes ecossistemas, até as condições que estas mulheres, que já estavam vulneráveis, passaram a deter. A partir de uma abordagem transdisciplinar que coloca as vítimas como centro de análise, sendo elas concomitantemente sujeito e objeto da (is)segurança, o artigo procura compreender como o tráfico sexual vinha ocorrendo na Ucrânia desde o fim da URSS, e como ele e o estado ucraniano vinham afetando a segurança destas mulheres, a partir do seu não comprometimento com o bem-estar social dos indivíduos (Booth, 1991). Para isso, ele intenta responder ao porquê do tráfico sexual na Ucrânia ser considerado um subproduto da ordem mundial pós-soviética, a partir de três questões inter-relacionadas: (1) como a forma na qual se deu a desregulamentação e liberalização econômica e política corroborou para que o tráfico de mulheres ganhasse espaço na Ucrânia pós-socialista, (2) porque as mulheres do país eram consideradas presas fáceis pelas redes de tráfico e (3) de que maneira o tráfico sexual vem se organizando e se sustentando dentro da conjuntura atual. Com isso, vamos montando o *cluster* destas lacunas que estão na ordem do dia.

Por fim, percebemos que a Ordem Democrática Liberal falhou na Ucrânia três vezes: em impedir o alastramento do tráfico, em diminuir o seu fluxo e nas consequências de perdas humanas que uma guerra traz. O estado ucraniano foi incapaz de lidar eficientemente com a corrupção, a pobreza, o desemprego, a discriminação de gênero e com a demanda do tráfico. Em contrapartida, as organizações criminosas do tráfico se aproveitaram de muitas das debilidades estatais para desenvolverem cadeias de fornecimento complexas e flexíveis que estão conectadas à indústria do sexo, responsáveis por explorar, objetificar e mercantilizar as mulheres, violentando-as em sua dignidade, liberdade, direitos civis e humanos. E, cujos rastros, precisam continuar sendo seguidos.

Palavras-chave: Espaço Pós-Soviético. Exploração Sexual. Prostituição. Tráfico Humano. Ucrânia.

Considerações Iniciais

A objetificação e exploração do ser humano não é fato inédito, afinal a escravidão foi uma prática social recorrente da nossa história, que designava a algumas pessoas a condição de mercadoria e de propriedade de outrem, à medida que negavam o seu caráter humano e passavam a tratá-las como produtos de transações econômicas vantajosas. Hoje em dia, podemos perceber e aprender com a proeminência do tráfico de pessoas que a abolição da escravidão não pôs fim ao tráfico humano, tampouco ao lugar que este exerce nas rotas econômicas e migratórias da contemporaneidade: as redes que traficam mulheres nos dias de hoje comercializam verdadeiros escravos modernos, que sujeitam-se a uma dinâmica de exploração física e psicológica contínua, que resvala no seu círculo familiar.

Atualmente, o tráfico de seres humanos desponta como o terceiro comércio ilegal mais lucrativo, ficando atrás apenas do tráfico de armas e de drogas (SHELLEY, 2012). Seguindo a mesma dialética da escravidão, o tráfico de pessoas se constitui enquanto um fluxo transnacional que cumpre uma lógica de acumulação econômica, ao passo que desrespeita a autodeterminação dos sujeitos e os atribui a condição de sub-humanos (SANTOS, 2009). Entrementes, diferentemente da escravidão, o tráfico humano é um fenômeno ilegal, informal e tutelado por organizações criminosas.

Desde a queda do regime soviético, dezenas de milhares de mulheres ucranianas foram sendo engolidas pela máquina do tráfico, da prostituição e de outras formas de exploração, rendendo aos cafetões, proprietários de bordéis e traficantes um faturamento de bilhões de dólares a cada ano (HUGHES & DESINOVA, 2001). Nestes quase três anos de guerra, que deflagrou o sistema de proteção social, as rotas de tráfico foram expandindo-se para além das fronteiras, sendo exploradas as vulnerabilidades dos refugiados, que tem nas mulheres e nas crianças os seus alvos mais fáceis. A logística por trás da operação é composta por um nexo criminoso político transnacional responsável pelo recrutamento, aprisionamento, transporte e comércio das mulheres ucranianas para os países de destino, respondendo à oferta e demanda da indústria do sexo, que vem criando novas dinâmicas e pontos de vulnerabilidade em virtude dos contornos (re)desenhados pela violência direta e estrutural gerada pela guerra.

Estas mulheres são usualmente violentadas física e psicologicamente em países estrangeiros nos quais elas são ignorantes das leis, costumes e frequentemente até mesmo do idioma, fatos estes que as deixam em condição de completa vulnerabilidade e inclusive de dependência do perpetrador. Ademais, as condições as quais essas mulheres são expostas assemelham-se, por vezes, às da escravidão, e, como não existe crime maior que a apropriação de outro ser humano, todo o exposto motiva a realização deste trabalho.

Através de uma breve análise da história ucraniana (com especial enfoque na sua transição para o sistema de mercado), uma revisão bibliográfica sensível ao tema e um estudo transdisciplinar que aborda as vítimas como centro da questão, sendo elas ao mesmo tempo sujeito e objeto da segurança humana, o presente texto visa entender a carcaça com a qual o tráfico sexual reveste-se na Ucrânia desde a queda do regime soviético, como este e o estado ucraniano prejudicaram a segurança física e emocional destas mulheres, devido ao seu descaso com o bem-estar social dos cidadãos, e como o contexto de conflito-crise vem incorporando outras camadas de complexidade aos perfis de exploração.

Com base no exposto, a pergunta que a pesquisa busca responder é: "o tráfico sexual pode ser considerado um subproduto da ordem mundial pós-soviética na Ucrânia?". Com esse questionamento o estudo analisa: (1) como o processo de desregulamentação e liberalização econômica e política corroborou para que o tráfico de mulheres ganhasse espaço na Ucrânia pós-soviética, (2) o porquê das ucranianas serem consideradas presas fáceis pelas redes de tráfico descentralizadas e (3) como o tráfico sexual vem se organizando e se sustentando desde então.

Ecos do passado

A fim de se elucidar diversos fatos apresentados posteriormente e poder estabelecer uma melhor relação causa-consequência, é interessante um breve relato histórico do que hoje se entende por Ucrânia, para além das manchetes e chamadas da guerra que consome-se massivamente e diariamente nos diversos canais de comunicação.

Assim, foram os ricos solos e vastos campos de trigo da região que lhe renderam o apelido de "o manancial da Europa" (WOODS, 2015) e, após a Idade de Ouro entre os séculos IX e XII, quando então fazia parte da Rússia de Quieve, um importante estado da Europa medieval (SUBTELNY, 2011), a área sofreu diversas fragmentações e divisões, e foi governada por diferentes povos. Com o fim dos Impérios Austro-Húngaro e Russo, diversos movimentos nacionalistas surgiram, e apesar de algumas tentativas de emancipação bem-sucedidas entre 1917 e 1920, a então Rússia Soviética não estava disposta a desistir tão facilmente de um território tão próspero, e em 1921 já contava com boa parte da Ucrânia sob seu domínio, após a assinatura do Tratado de Riga com a Polônia[1]. A divisão política-territorial da Ucrânia formou ecos cristalizados que ressoam em dinâmicas complexas entre os três países ainda a dia de

[1] Enquanto estabelecia cláusulas econômicas de reparações, este acordo de paz foi responsável por redesenhar fronteiras com a URSS depois da guerra Polaco-Soviética (1919-1921), que cedia à Polônia uma parte do território ucraniano e bielorusso (Conquest, 1987).

hoje.

Em 1928, devido ao forte processo de industrialização soviético que se iniciava, Stálin implantou uma política de requisição compulsória de cereais, caracterizada pelo confisco de uma quota de produção e o respectivo pagamento (menor do que os custos de produção) aos camponeses. Nos anos 1930, passou a ocorrer também um processo de coletivização forçada das propriedades agrícolas pelo estado, usando-se da força da polícia secreta e do exército, que deportava e prendia os resistentes.

As quotas de produção elevadas eram muitas vezes impossíveis de se atingirem, o que provocava o confisco total da produção de diversos camponeses, acarretando na subnutrição e morte por fome destes. Esse terrível capítulo da história ucraniana ocorreu principalmente nos anos de 1932 e 1933, e ficou conhecido como Holodomor, ou Holocausto Ucraniano (CONQUEST, 1987). Apesar da dificuldade de se obterem dados da época, muitos historiadores trabalham com o número de 5 milhões de mortos. No entanto, segundo Conquest (1987), ao se contabilizarem as outras atrocidades cometidas contra os camponeses ucranianos entre os anos 1930 e 1937, este número pode chegar a 14,5 milhões de mortes, mais do que as baixas de todos os países combatentes na Primeira Guerra combinadas (WOODS, 2015).[2] Em termos de comparações assimétricas para aspectos de visualização do leitor, desde o início do conflito com a Rússia, os números de civis mortos aproximam-se aos doze mil (ONU, 2024).

Há ainda de se ressaltar que a Ucrânia viveu outras catástrofes ao longo de sua história recente: 1) Os soviéticos eliminaram cerca de quatro quintos da elite cultural ucraniana durante a década de 1930 por meio de duas ondas de expurgos (McCAULEY, 1994); 2) Estima-se que foram mortos entre 5 a 8 milhões de civis ucranianos durante a invasão e ocupação da mesma pelas forças alemães em 1941, para que ela então retornasse ao domínio soviético com o fim da Segunda Guerra Mundial; 3) Em 1986, ocorreu o acidente nuclear de Chernobyl, conhecido por ser o pior acidente nuclear da história em termos de mortes resultantes e custo (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2011).

A Ucrânia só viria a se tornar independente com a queda da URSS, no ano de 1991, elegendo então o ex-oficial comunista do alto escalão, Leonid Kravchuk para presidente. Kravchuk, embora tenha adotado um discurso nacionalista que agradava a população ucraniana, governou de acordo com *establishment* comunista e mostrou-se bastante tolerante com a corrupção ao seu redor. Tais fatores contribuíram para o rápido enriquecimento da antiga elite

[2] Além da tragédia humanitária, as políticas agrícolas adotadas pelos soviéticos falharam notavelmente no âmbito econômico ao longo do tempo, e foi constatado em 1985 que as fazendas privadas remanescentes embora constituíssem apenas 2% da da terra agrícola ucraniana, produziam 30% de todos os cereais do país (Woods, 2015).

do antigo regime, o empobrecimento da maior parcela da população[3] (acentuando assim as desigualdades sociais) e a ascenção de organizações criminosas (ÅSLUND,1995). A alta centralização praticada pela União Soviética mostrou sua pior face com o seu fim, quando a Ucrânia que era um país primariamente agrário viu suas importações perderem grande valor no mercado enquanto que o preço de suas exportações subiu drasticamente[4] . Todos esses fatores, aliados a uma grande irresponsabilidade fiscal, levaram a uma inflação anual de 10200% em 1993 e uma queda de 52% no PIB entre 1990 e 1994 (ÅSLUND,1995).

Durante esse primeiro momento, o foco principal da Ucrânia e de sua classe política foi a construção de sua identidade nacional e soberania. Essas preocupações relegaram as reformas econômicas necessárias à transição de um sistema de mercado a um segundo plano. Somou-se o fato da Ucrânia contar com pouquíssimos profissionais da área de economia, direito ou que falassem línguas estrangeiras, visto que pessoas com estas qualificações usualmente migravam para Moscou para desenvolver suas carreiras e a grande maioria lá permaneceu com o fim do regime soviético (ÅSLUND,1995).

Apenas com a chegada ao poder de Leonid Kuchma em 1994 estas reformas entraram mais vigorosamente na pauta, possibilitando a abertura do mercado ucraniano e o alavancando para estabilidade e crescimento econômico. Contudo, tal morosidade em seu processo de abertura ao mercado (especialmente quando é feita a comparação com alguns de seus vizinhos), espantou ou pelo menos atrasou os investimentos com capital estrangeiro do ocidente. Como resultado, apenas a partir dos anos 2000 a Ucrânia conseguiu apresentar valores positivos para a taxa de crescimento do seu PIB, voltando a atingir números extremamente baixos em 2022[5]. Åslund (1995 e 2009) atribui como consequências uma grande taxa de corrupção[6], hiperinflação e subsequente aumento na pobreza e desigualdades sociais, fatores que acarretam repercussões até os dias de hoje. Hughes & Desinova (2003) argumentam que esse ambiente combina as condições necessárias para a proliferação de redes de crime organizado[7] e que uma das atividades de alguns desses grupos é o tráfico de mulheres.

---

[3] A elite comunista se beneficiava da hiperinflação, que agia como um imposto regressivo: enquanto essa elite obtinha crédito subsidiado, as classes mais baixas perdiam seu dinheiro pela sua desvalorização (Åslund,1995).

[4] O petróleo, por exemplo, era comprado da Rússia antes da queda do regime a um valor inferior a 1% do real valor de mercado (Åslund, 1995).

[5] The World Bank (2023). Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?locations=UA

[6] Pode se notar o alto teor de corrupção a partir das estatísticas como o Índice de Percepção da Corrupção, da *Transparency International*, que classifica a Ucrânia na posição 104 de 180 países avaliados segundo os dados de 2017 (Transparency International, 2023).

[7] Segundo o Ministério dos Assuntos Internos, o número de grupos de crime organizado subiu de 260 para 960 entre 1991 e 2000 (Yarmish, 2002).

Reajustando o foco: as lentes da Segurança Humana

Tradicionalmente, os estudos de segurança nas Relações Internacionais se restringiram, até o final da guerra fria, aos estados e às questões de guerra. Nesse cenário internacional os estados apareciam como os principais atores e interagiam entre si sob a dialética de preservação de sua própria sobrevivência dentro do sistema internacional anárquico. Assim, existe sempre um sentimento de desconfiança entre os estados que encontram na paz ou na guerra, uma forma estratégica político-militar de continuar existindo, a partir do que Galtung (1969) convencionou chamar de paz negativa. De acordo com Buzan (2012) os estudos tradicionais de segurança poderiam ser balizados, portanto, como o estudo da ameaça, uso e controle da força militar.

Os estudos tradicionais de segurança foram amplamente utilizados durante as duas grandes guerras e especialmente no decurso do conflito bipolar. Com o fim da guerra fria, à medida que emergiam novos problemas e constrangimentos, a abordagem de segurança expandiu-se para além das questões de cunho estadocêntrico e militar, passando a abordar temas econômicos, sociais e políticos (CROFT, 2008). Questões referentes à pobreza, à fome e aos fluxos migratórios, por exemplo, começaram a ser compreendidas como possíveis constrangimentos estatais (FIERKE, 2015).

Resultante dos novos ideais humanitários que emergiram logo após a guerra fria (*embedded humanitarism*), a segurança humana apresentou-se como uma subárea dos estudos de segurança internacional, sendo o termo popularizado pelo Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD (1994). Dentro dos Estudos Críticos de Segurança, o conceito propõe uma perspectiva inovadora, onde o foco de segurança passa a ser o indivíduo e as vulnerabilidades internas das populações, em detrimento do estado, objetivando a promoção da justiça igualitária e do bem-estar social (BOOTH, 1991; SALTER & CHANDLER, 2009)

O debate em torno do tema busca assegurar que a segurança global está intrinsecamente ligada à do indivíduo; à medida que se a segurança dos indivíduos está ameaçada, a segurança no cenário internacional também estará (HAMPSON, 2008). O conceito de segurança humana estipulava, assim, as características essenciais dessa nova abordagem *human-centric*, que considerava o estado como um possível agente de insegurança interna (SORJ, 2005) e desafiava normativas consuetudinárias do direito internacional (THAKUR, 2003). Assim, a segurança caracteriza-se pela ausência de violência (KALDOR & BEBBE, 2010), englobando não apenas questões tradicionais, a título territorial e estatal, mas deslocando e ampliando o seu foco para outras sete dimensões: econômica, alimentícia, ambiental, pessoal, comunitária, política e sanitária (Kaldor & Bebbe, 2010).

A autora ucraniana Vasylenko (2010) explica que violação aos direitos humanos em

consonância com a inefetividade do estado em salvaguardar a segurança e as necessidades básicas de seus cidadãos, acaba corroborando com um quadro de desemprego, pobreza, desigualdade de gênero e insatisfação popular, condições estas que permitiram que o tráfico sexual ganhasse espaço dentro do país. Deste modo, percebe-se que o tráfico de mulheres e meninas não deve ser visto exclusivamente pela perspectiva de segurança nacional e tampouco como uma mera luta contra o crime organizado e a migração ilegal. O tráfico de seres humanos é, antes de tudo, um problema complexo de apropriação e violação do indivíduo, do seu corpo, direitos, dignidade e alma, e precisa ser compreendido por lentes multifacetadas e colaborativas.

Entre as sujeições de gênero e a feminização da pobreza

Como bem visto, a transição para a ordem liberal democrática afetou muitos setores da sociedade ucraniana, incluindo o mercado de trabalho. As privatizações acabaram por diminuir as oportunidades econômicas para as mulheres ucranianas e originaram pressões que, sem dúvida, exigiam não somente uma nova reestruturação dos papeis ditos "domésticos", mas também novos tipos de programas governamentais que fossem responsáveis por proteger as mulheres da discriminação econômica (HRYCAK, 2001).

A maioria das práticas discriminatórias que agora são representadas como novas fontes de opressão de gênero originaram-se, no entanto, há muitas décadas. As perdas catastróficas da população durante os anos 1920, 1930 e 1940 levaram o estado soviético a introduzir políticas que tanto encorajavam a fertilidade[8], almejando o aumento da taxa de natalidade, quanto tinham a intenção de fortalecer o núcleo familiar, em grande parte restringindo o divórcio e o aborto (HRYCAK, 2001), práticas estas que afunilavam a liberdade da mulher.

As políticas soviéticas também reforçavam os papéis tradicionais de gênero que excluíam as mulheres da influência sobre a vida pública, da administração do estado e da economia, e limitavam sua autoridade a questões relacionadas à esfera doméstica: responsabilidades familiares, criação de filhos e educação infantil (BUCKLEY, 1989). A história nos mostra que estes constructos hierárquicos, que se dão de maneira opositora e relacional, são uma manifestação da desigualdade de gênero. A cristalização e reificação destas construções binárias acaba associando os homens à racionalidade, superioridade e força, fundamentando, legitimando e normalizando estruturas de poder patriarcais que justificam a exploração, o domínio e a violência sexual e de gênero (sendo este um problema de saúde pública, que afeta fisicamente, reprodutivamente e mentalmente muitas mulheres e meninas).

---

[8] Para encorajar o crescimento populacional, o regime soviético alegava que a maternidade era uma obrigação patriótica sagrada. As mulheres que tinham muitos filhos eram tidas como heroínas maternas, eram enaltecidas publicamente e recebiam muitos benefícios (Buckley, 1992).

Outrossim, as políticas soviéticas também introduziram uma divisão patriarcal do trabalho que robustecia esses papéis tradicionais de gênero, ao mesmo tempo em que obrigavam as mulheres a assumirem muitas responsabilidades adicionais, incluindo o trabalho em tempo integral (VASYLENKO, 2010). As pesadas responsabilidades domésticas atribuídas às mulheres, entretanto, acabaram por então rotulá-las como trabalhadoras pouco confiáveis (PYCLIK, 2006). Devido a isso, as mulheres acabavam se concentrando em empregos de baixo *status*, "não qualificados" e com baixos salários na indústria, na agricultura e no varejo (HRYCAK, 2001). Ademais, durante esta fase, os homens detinham quase todas as posições gerenciais, mesmo nas áreas que eram predominantemente ocupadas pelas mulheres (PYCLIK, 2006).

Embora a independência ucraniana tenha aumentado as esperanças no aumento do engajamento cívico das mulheres e na defesa de seus direitos formais e materiais, o que se percebeu foi que o legado conservador soviético continuou definindo o tratamento dado pelo governo aos problemas das mulheres ucranianas (HRYCAK, 2001). A Ucrânia pós-soviética foi sendo marcada por uma crescente desigualdade e discriminação de gênero, que acarretavam em um cenário de insegurança para a mulher no âmbito político, cultural, social e econômico.

Com a abertura e a reestruturação do mercado de trabalho, a discriminação de gênero reverteu-se em um problema maior, tornando não apenas mais complicado para as mulheres encontrarem um emprego, como também progredirem no ambiente de trabalho. Isso ocorria porque muitos empregadores naturalizaram a ideia de que o sistema capitalista lhes conferia margem para administrar os seus negócios da maneira que lhes fosse considerada mais adequada/conveniente, o que possibilitava a discriminação de qualquer grupo, inclusive das mulheres.

No entanto, essa crença na inferioridade laboral das mulheres se deve, em boa parte, a própria política trabalhista socialista, que se baseava na distorção do lema "de cada qual, segundo sua capacidade, a cada qual, segundo suas necessidades". Em nome da promoção de uma "igualdade", o governo soviético protegia as mulheres através de leis que restringiam os postos que as mulheres poderiam ter, porque eram consideradas muito danosas à sua saúde e bem-estar, além de algumas outras serem consideradas muito desafiadoras em virtude da sua condição de gênero (como trabalhar com produtos químicos ou materiais radioativos, por exemplo). Essas políticas protecionistas acabaram forçando as mulheres a desempenhar trabalhos que possuíam salários irrisórios, generalizaram certas ocupações[9] e ajudaram ainda a

[9] As profissões da área de saúde e de educação são posições frequentemente ocupadas por mulheres ucranianas, e por isso elas são vistas como campos desprestigiados, o que se evidencia nos salários baixos, apesar de alguns casos necessitarem de graus avançados de escolaridade (Pyclik, 2006).

perpetuar a noção de que as mulheres são menos capacitadas e por isso necessitam de mais proteção (HRYCAK, 2001).

As mudanças estruturais na economia tiveram um efeito ainda mais devastador sobre as mulheres não qualificadas de baixa renda. A transição de mercado exigiu uma redução considerável do número de trabalhadores não qualificados na maioria das grandes empresas (PYCLIK, 2006). De acordo com Hrycak (2001), usinas têxteis e empresas de manufatura leve, que empregavam uma força de trabalho predominantemente feminina, pararam de pagar salários, fecharam suas portas ou demitiram muitos de seus trabalhadores, como dano colateral, as perspectivas de privatização levaram muitas empresas agrícolas e varejistas a pararem de emitir salários e a dispensar muitos empregados pouco qualificados, que também eram em sua maioria mulheres. Como resultado da ausência de oportunidades econômicas para trabalhadores de baixa qualificação no setor privado, muito mais mulheres do que homens ficaram desempregadas, e logo após a independência, 80% das pessoas desempregadas eram do sexo feminino (PYCLIK, 2006).

Somado a isso, os estereótipos sociais e culturais ajudaram a codificar as mulheres como sendo mães em primeiro lugar, ficando o trabalho relegado ao segundo plano. A fertilidade das mulheres fez com que os novos empregadores preferissem recrutar homens ou mulheres mais velhas, com filhos já crescidos, uma vez que estas lhes ofereciam menos riscos (PYCLIK, 2006). Nessa nova ordem as mulheres iam ocupando setores de baixos salários (como saúde e varejo), além de habitualmente receberem menos do que os homens por trabalhos equiparáveis.

Em virtude da diminuição das oportunidades de emprego, da baixa remuneração e da perda dos benefícios trabalhistas que possuíam durante o regime socialista, um número crescente de mulheres recorre à imigração para ajudar financeiramente as suas famílias e para buscar condições melhores de vida (KLIGMAN & LIMONCELLI, 2004). O declínio econômico e o aumento da pobreza na Ucrânia pós-soviética, associados à insegurança econômica e ao estado de vulnerabilidade dessas mulheres, acabou possibilitando, no entanto, que muitas ucranianas passassem a ser traficadas por redes criminosas – que estavam nesse momento ganhando espaço de atuação no país – para trabalhar no exterior como prostitutas (UGHES & DESINOVA, 2001).

Arquiteturas paralelas: como o crime organizado reconfigura espaços

Os ajustes econômicos e movimentos de transição política na Ucrânia, deram encetamento a uma fase de instabilidade e insegurança. O país, que havia sido parte de uma economia planejada por vários decênios, encontrava-se com bastante dificuldade de adaptação

ao novo cenário internacional. A forma como se deu a abertura de mercado acabou, dentre outras coisas, favorecendo e enriquecendo grupos organizados paralelos que haviam emergido durante o período soviético, para atender as demandas de bens e serviços que o governo não era capaz de fornecer à população.

De acordo com Kotlyarova (2011), tal como nos outros países do Leste Europeu, o crime organizado[10] na Ucrânia tornou-se uma força política e econômica significativa, que explorava as vulnerabilidades dos países ex-soviéticos, à medida que desenvolvia relações corruptas com a elite política e exercia influência sobre muitos setores da economia. Uma vez que o sistema político e econômico ficou fragilizado, as organizações criminosas existentes não tardaram em preencher a lacuna, sendo o estado incapaz de cessar o crescimento dessas atividades ilícitas (HUGHES & DESINOVA, 2003).

Quando o sistema estatal do país se tornou incapaz de pagar os salários de seus empregados, muitos optaram por se associar a organizações criminosas. Outros ucranianos que não tinham condições de se sustentarem com um salário ou não eram pagos por longos períodos de tempo e buscavam por um trabalho adicional, somente encontravam empregos disponíveis dentro dos novos e emergentes negócios criminosos e privados (HUGHES & DESINOVA, 2003). Essas organizações acabaram atuando, portanto, com uma maior perceção do receituário capitalista do que as fracas instituições nacionais e souberam se aproveitar do seu poderio econômico e social para se infiltrar nos aparelhos governamentais (HUGHES, 2002). Elas conseguiram ganhar tanto espaço que em 1995, a economia paralela chegou a representar 50% do PIB ucraniano, uma amostragem da proporção da criminalização da economia em geral e da expansão dessas redes criminosas (HUGHES & DESINOVA, 2003).

Neste contexto, o tráfico transnacional de mulheres despontava como um novo tipo de crime nas repúblicas da antiga União Soviética. Essa atividade se iniciou primeiramente na URSS durante a *perestroika*, quando as restrições sobre viagens internacionais foram reduzidas. A posterior desintegração do bloco, acarretou na abertura de suas fronteiras para viagem, migração e comércio privado, o que acabou por fornecer "recursos" humanos e geográficos que facilitavam as operações de organizações criminosas (KIGLIMAN & LIMONCELLI, 2005). A liberalização da troca e a diluição das fronteiras, tornaram mais fácil, prático e barato mover mulheres do leste para o oeste da Europa, e não da África, América do Sul ou Ásia como o circuito era feito até outrora.

---

[10] A ONU define um grupo de crime organizado em seu artigo 2º(a) da UNODC, como sendo "um grupo estruturado de três ou mais pessoas, existente por um período de tempo e atuando de forma concertada com o objetivo de cometer um ou mais crimes graves ou delitos estabelecidos de acordo com a presente Convenção, a fim de obter, direta ou indiretamente, um financiamento ou outro benefício material".

No meio deste ambiente de transição, com um menor controle estatal e com aumento da vulnerabilidade e da pobreza de boa parte da população (especialmente das mulheres), a Ucrânia desenvolveu um campo propício para a atuação de atividades econômicas criminosas que atuavam atendendo as necessidades da indústria do sexo[11]. A disponibilidade de mão-de-obra barata e mercados potenciais acabou atraindo corporações multinacionais, bancos e fábricas para a região, além de agências internacionais de turismo sexual, diretores de filmes e de revistas pornográficos, uma vez que havia, até então, pouca ameaça de regulamentação e fiscalização institucional (KIGLIMAN & LIMONCELLI, 2005).

Os países receptores iam criando uma demanda por mulheres que logo as organizações criminosas transnacionais dos novos estados independentes se organizaram para suprir a um risco relativamente baixo e com altos lucros para si (PYCLIK, 2006). As mulheres traficadas no país emissor começavam a ser utilizadas em bordéis, casas de massagem, bares, calçadas de ruas e autoestradas, onde eram exploradas sexualmente e vendidas a homens. Contrastando com as luzes de néon que anunciam shows de strip-tease, as mulheres traficadas estavam, em grande parte, invisíveis, escondidas em negócios sexuais publicamente mercantilizados. A Ucrânia tem se tornado desde então uma grande fonte de jovens mulheres para os mercados internacionais de sexo, uma vez que estas vão buscar no exterior a segurança que lhes era negada indiretamente, e desde o conflito com a Rússia, diretamente, ficando duplamente vulneráveis com o ambiente de caos e incertezas que os conflitos armados mimoseiam. As ucranianas deslocadas e refugiadas acabam por tornarem-se alvos ainda mais suscetíveis a diferentes formas de exploração (HUGHES, 2022).

Retroalimentação de cadeias de abuso: tráfico e indústria de sexo

Boaventura (2007) ensina que o mundo atual age através de linhas tétricas que separam o mundo humano do sub-humano, de modo que os princípios de humanidade não são colocados em causa por ações desumanas, que tornam algumas pessoas invisíveis na esfera social e legal. Estes espaços são construídos a partir de novas formas de escravidão, como o tráfico de seres humanos, que sem o menor apreço pela autodeterminação dos sujeitos, preocupa-se apenas em obedecer a lógicas de acumulação econômica (DUARTE, GOMES & SANTOS, 2009).

O tráfico humano, particularmente o tráfico de mulheres para fins sexuais, é um empreendimento criminoso e violento que vem crescendo dentro da Ucrânia desde o

[11] A indústria do sexo é composta por atividades como a pornografia, o "comércio adulto", o que inclui sex-shops, strip clubs e agências de acompanhantes, casamento por encomenda, turismo sexual e o tráfico de mulheres (Jeffreys, 2009). Esses são, portanto, os principais motivos que justificam a demanda por mulheres para fins de exploração sexual.

esfacelamento da URSS, quando as organizações criminosas se aproveitaram da demanda da indústria do sexo no ocidente, da fragilidade das instituições e da vulnerabilidade das mulheres ucranianas para iniciarem um negócio extremamente rentável.

Ademais, é uma prática inerentemente discriminatória, tendo em vista que a indústria do sexo global é alimentada primordialmente por homens de países relativamente prósperos que pagam por serviços sexuais de mulheres e meninas pobres e "exóticas" de países menos ricos para afirmar a sua masculinidade, o que evidencia a superestrutura patriarcal, sexista e misógina na qual as sociedades estão inseridas, que cristalizam na prática a sujeição da mulher (ROBINSON, 2001).

Sendo assim, o tráfico de mulheres baseia-se na hipocrisia da lei da oferta e da procura entre os países destinatários e emissores. Os países com indústrias sexuais legais ou toleradas criam a demanda e são os países receptores, enquanto os países onde os traficantes recrutam descomplicadamente as mulheres são os países remetentes e de trânsito, como é o caso da Ucrânia. O número e fluxo de mulheres é baseado no equilíbrio entre a demanda por prostitutas no mercado e a capacidade de recrutamento e transporte dos traficantes (KOTLYAROVA, 2011). As rotas realizadas são dinâmicas e vão sendo reconfiguradas, adaptando-se aos conflitos, vulnerabilidades, instabilidades e brechas criadas por estes (KATUNIAN, 2012). As guerras acabam por ser catalisadores de exploração, uma vez que a destruição de infraestruturas, perdas de familiares, debilidades sociais e escassez de empregos são dinamizadores de desespero e inoportunidades, condições reiteradamente exploradas pelas redes de tráfico. Hughes (2022) explica que a guerra, enquanto evento disruptivo, acaba por possibilitar que as ucranianas sejam transportadas de forma facilitada e descontrolada, especialmente nas zonas de conflito, frente à própria somática descoordenação e debilidade político-institucional de: identificar estas mulheres, controlar fronteiras e desconfigurar redes.

Assim, as vítimas do tráfico são, então, as *commodities* de uma indústria mundial multibilionária, dominada por grupos criminosos altamente organizados e complexos que operam com impunidade, explorando as oportunidades criadas pelo fenômeno da globalização com o encurtamento do tempo, espaço e fronteiras. Atualmente, suas margens de lucro[12] são superadas apenas pelo comércio de armas e narcóticos (CORRIN, 2005; PYCLIK, 2006). O objetivo do nexo criminal político transnacional do tráfico de mulheres é um: ganhar dinheiro.

O senso comum costuma confundir o tráfico humano com o contrabando de pessoas,

[12] Segundo Moisés Naim (2006) o tráfico humano afeta cerca de quatro milhões de indivíduos por ano, movimentando entre sete e dez bilhões de dólares, e embora não seja o comércio ilícito mais rentável, é definitivamente o que mais rapidamente cresceu.

entretanto são fenômenos bastante distintos. Enquanto a migração através dos anéis de contrabando ocorre principalmente de maneira voluntária, maioritariamente com pessoas do sexo masculino, o tráfico é geralmente de natureza involuntária, sendo as vítimas em sua maioria mulheres, em situação de vulnerabilidade, que foram coagidas, vendidas e, às vezes, sequestradas (DEMIN, 2003). A coerção ocorre normalmente através do engano, abuso sexual, tortura, fome, aprisionamento e através de ameaças de violência contra membros da família da vítima. Embora muitas das mulheres traficadas estejam cientes de que estarão migrando, na maior parte das vezes elas são enganadas com relação à natureza do trabalho que serão forçadas a desempenhar, e quanto as suas futuras condições de trabalho (DEMIN, 2003).

Outra diferença entre migrantes contrabandeados e traficados está na entrada no país de destino. As mulheres que são traficadas para serem sexualmente exploradas entram nos países de trânsito e destino através de vias legais e ilegais, atravessando as fronteiras com vistos de turista e de estudante, outras vezes com documentos forjados (neste caso, a mulher fica ainda mais vulnerável depois que ela chega ao país de destino porque ela está lá ilegalmente), geralmente na companhia de seus exploradores (DEMIN, 2003). O que difere do cenário do contrabando, com centenas de indivíduos atravessando as fronteiras dentro de barcos e caminhões em condições insalubres. Além disso, a natureza da ação é fundamentalmente diferente, uma vez que o contrabandista tem a intenção de "ajudar" na travessia das fronteiras (cobrando honorários exorbitantes e utilizando métodos ameaçadores à vida), enquanto o traficante oprime a vítima e visa o consequente ganho financeiro após a migração (DEMIN, 2003). Em suma, a essência do contrabando é a entrada no país de destino, ao passo que a do tráfico é a exploração do indivíduo traficado à chegada, conforme abordado em sequência.

Caindo na rede: a droga do amor ou da obediência?

Normalmente, as vítimas de tráfico na Ucrânia[13] são mulheres jovens que compartilham o desejo de ir para o exterior em busca de melhores condições de vida. Com o advento da guerra com a Rússia, soma-se a necessidade de sobreviver de muitas pessoas que perderam tudo, entre casas, famílias, empregos e oportunidades. Via de regra, a realidade que elas se defrontam ao chegar no exterior é notoriamente outra: um ambiente de hostilidade, violência, subjugação,

[13] Na Ucrânia a maior parte de mulheres são traficadas de Kiev, Kherson, Nikolaev, Odessa, Donetsk, Dnipropetrovsk, Lvov e Kaporozh'e. das regiões ocidentais da Ucrânia, sendo normalmente vendidas para a República Tcheca, Kosovo, Bulgária e Alemanha. As ucranianas do norte e da região central do país são muitas vezes vendidas para os países bálticos, Finlândia e Holanda. As da região sul frequentemente são vendidas para a Turquia, Grécia, Itália, Romênia, Emirados Árabes Unidos, Israel, Síria e Alemanha. Finalmente, as mulheres das regiões orientais da Ucrânia são vendidas primordialmente para a Rússia, China e Japão (Desinova, 2004).

discriminação e crueldade. Essas mulheres acabam sendo sexualmente, fisicamente e psicologicamente desgastadas pelas indústrias de sexo.

O tráfico funciona como uma cadeia de fornecimento de bens ilegais e os traficantes se assemelham a empresas transnacionais. O processo requer que numerosas pessoas estejam envolvidas na captação das vítimas: no recrutamento de mulheres, na falsificação de documentos, no transporte, no transporte físico de mulheres através das fronteiras, no suborno de funcionários, na acomodação de mulheres durante o transporte e na venda das mulheres aos cafetões ou aos donos de bordéis (PYCLIK, 2006). Cada pessoa envolvida no processo tem, portanto, uma tarefa específica definida quase que em uma matriz de função.

O processo se inicia com o aliciamento das vítimas. Os traficantes normalmente atraem essas mulheres em seu país de origem, através de propagandas com promessas de trabalho lucrativas em países estrangeiros para empregos pouco qualificados (como garçonetes, babás e cuidadoras de idosos), participação em concursos de beleza, carreiras de modelagem, férias acessíveis em países estrangeiros, programas de estudo no exterior em universidades de prestígio e serviços de casamento oferecidos por “agências matrimoniais” (DESINOVA, 2004). Alguns anúncios também prometem bons salários para mulheres jovens e atraentes que trabalharão como bailarinas e rececionistas no exterior (HUGHES, 2000).

Um fenômeno crescente é “a segunda onda”, no qual mulheres traficadas retornam à Ucrânia e tornam-se então recrutadoras. Já que as vítimas ficam apenas com uma pequena parte dos seus salários e frequentemente são descriminadas pelo envolvimento com a prostituição, escapar da indústria do sexo torna-se complicado, e uma das únicas opções para fugir da brutalidade de ser forçada a manter relações indesejadas com homens violentos dia trás dia é realizar a transição de vítima a criminosa, retornando ao país de origem para trabalhar na fase de recrutamento (HUGHES & DESINOVA, 2003). As novas vítimas são frequentemente amigas ou conhecidas das então recrutadoras, que fazem uso da confiança destas para lucrar entre US$ 200 e US$ 5000 por mulher recrutada (HUGHES & DESINOVA, 2003).

Normalmente, os recrutadores são bem-educados, comunicativos e persuasivos, características estas que permitem transmitir segurança para as suas vítimas (DESINOVA, 2004). Algumas mulheres sabem que estarão trabalhando como prostitutas antes de deixar a Ucrânia, mas não têm consciência da violência e exploração que é a norma na prostituição no exterior, entretanto a maioria é recrutada sob falsos pretextos, não conseguindo antever o nível de manipulação, engano e coerção ao qual estarão submetidas.

Após o recrutamento, o grupo original de traficantes muitas vezes deixa suas vítimas com outro grupo criminoso com o qual eles possuem acordos de trabalho, que assumem a

responsabilidade pela transferência da “mercadoria” através das fronteiras (DEMIR, 2003). Nesse processo, normalmente estão envolvidos funcionários do governo de alguns países que atuam na Ucrânia e aceitam o suborno dos traficantes, além de ajudarem com o fornecimento da documentação falsa (DEMIR, 2003).

Algumas mulheres não são levadas diretamente para a sua localização final, sendo enviadas para “campos de arrombamento” onde são “ensinadas” a ser prostitutas, geralmente através do uso da violência sexual, física e psicológica, e às vezes através do uso de entorpecentes. Essa tentativa de torna-las dóceis e ensiná-las o ofício ocorre para que as “mercadorias” agreguem mais valor, se tornando produtos mais interessantes para os proxenetas e para os donos de bordéis adquirirem (PYCLIK, 2006).

O papel dos traficantes termina quando a vítima é transferida com sucesso para as mãos dos cafetões ou para um bordel em troca de uma quantia em dinheiro (DESINOVA, 2004). Esses proxenetas vão assim atuar como um varejista ao oferecer sua “mercadoria” a uma clientela predeterminada e em grande parte fixa, e muitas vezes são desconhecidos pelas mulheres traficadas. As mulheres traficadas são especialmente atraentes porque são facilmente controladas pelos seus cafetões devido ao fato de, na maioria das vezes, desconhecerem a língua do país em que se encontram (dificultando a sua comunicação e diminuindo as chances de existência de alguma delação), não estarem familiarizadas com a cidade em que estão (não tendo a quem recorrer para pedir assistência), além de serem mais rentáveis economicamente para os seus proprietários, gerando uma maior margem de lucro (PYCLIK, 2006).

Os traficantes costumam amedrontar as vítimas fazendo ameaças contra membros de sua família e chantagens, além de utilizarem da violência física (espancamentos), sexual e psicológica para exercerem controle sobre as suas vítimas (PYCLIK, 2006). Além disso, é comum que as mulheres tenham os seus documentos retidos pelos criminosos, e por estarem ilegais no país, isso instiga nelas o medo das autoridades, dificultando ainda mais qualquer contato com a polícia ou qualquer outra autoridade (DEMIR, 2003; HUGHES, 2000; PYCLIK, 2006). Ao reter documentos de viagem de uma mulher, o cafetão assegura a imobilidade da vítima.

Uma vez forçadas à prostituição, as mulheres são mantidas em servidão por dívida, na qual precisam pagar pelas despesas de viagem (custos de transporte, passaporte e obtenção de vistos), pelo preço da sua própria compra, entre outras despesas adicionais (vestimentas, moradia, medicamentos, contracetivos, maquiagem e alimentação). Essas despesas são grandemente inflacionadas e os traficantes forçam suas vítimas a trabalhar até que o débito seja liquidado, retendo uma parcela de seus lucros enquanto a dívida da vítima é regularmente cobrada (DEMIR, 2003; PYCLIK, 2006).

Desta forma, elas acabam aprisionadas a uma servidão por dívidas, na qual a pessoa concorda em trabalhar em troca do pagamento de uma dívida monetária, mas o tempo de serviço não é conhecido e a dívida, de fato, não é diminuída pelo trabalho (PYCLIK, 2006). Muitas dessas mulheres podem ainda ser vendidas depois para outros círculos criminosos, esse método é usado para quebrar qualquer vínculo que a mulher tenha feito na área em que ela está "trabalhando" ou para desorientá-la, de modo que a fuga se torne quase impraticável (DEMIR, 2003).

De acordo com Demir (2003), as autoridades observaram que o tráfico de seres humanos além de ser um negócio altamente rentável, os riscos são extremamente baixos. Os traficantes quase nunca são julgados, as multas são relativamente baixas, o valor obtido pelas mulheres vendidas é bastante elevado, o investimento inicial é irrisório quando comparado ao de outras atividades, além das evidências terem pernas e tenderem a fugir (DEMIR, 2003).

Segundo Hughes (2000) existem ainda indícios de que os cafetões, chegam a alertar a polícia sobre o paradeiro das mulheres traficadas quase na mesma época em que elas conseguem juntar o dinheiro necessário para liquidar a sua "dívida" e serem liberadas, resultando na prisão e na deportação dessas mulheres, enquanto os proxenetas retêm todo o dinheiro. O fato destas mulheres serem deportadas e presas, em detrimento de serem assistidas e cuidadas, mostra o quão invisíveis elas são. Essas mulheres acabam sendo duplamente estigmatizadas nos países receptores: pela sua condição de prostituta e de imigrante ilegal, sendo tratadas enquanto criminosas e tendo a sua segurança e os seus direitos mais uma vez negados.

Infelizmente as sociedades e instituições mantêm, frequentemente, atitudes patriarcais com relação às mulheres na prostituição, culpando as vítimas pelos crimes perpetrados contra elas. Negligencia-se, assim, o fato de que muitas mulheres traficadas estão nesses ambientes contra a sua vontade e que a atividade sexual indesejada com estranhos repetidas vezes ao dia é deveras desgastante (HUGHES & DESINOVA, 2003).

Por fim, nota-se que o medo da do estigma, da vergonha, da humilhação e de represálias, sentimentos estes vinculados às violações sofridas em diversos aspetos, faz com que as mulheres traficadas relutem em falar e testemunhar sobre as suas experiências, suprimindo suas memórias pessoais dos abusos outrora sofridos (PYCLIK, 2006).

Considerações Finais

O tráfico de pessoas é uma violação dos direitos humanos que afeta principalmente mulheres e meninas que são objetificadas, traficadas, exploradas sexualmente e violadas em sua dignidade. Uma vez traficadas, essas mulheres experimentam níveis de violência sexual e

de gênero inimagináveis. Por estes motivos, o tráfico sexual precisa ser compreendido para além de uma perspectiva estatal, visto que representa uma ameaça à segurança humana dessas pessoas, ao passo que as mulheres não podem ser reduzidas apenas a vítimas, mas como agentes restauradores da sua própria condição humana. São peças chaves para se (re)pensar redes de proteção para aqueles que estão em situações de maiores vulnerabilidade.

Na Ucrânia pós-soviética as mulheres continuaram sendo vítimas de um estado que lhes negava direitos e que lhes inferiorizava em detrimento de questões de gênero. O processo de ruptura com a União Soviética, atrelado às frágeis instituições, elevada corrupção do governo, a agitação civil, perda de identidade nacional e instabilidade política, criaram um ambiente favorável para que organizações criminosas ganhassem mais poder e desenvolvessem atividades ilícitas, a exemplo do tráfico de mulheres para fins de exploração sexual.

As inseguranças econômicas, políticas, sociais, legais e culturais, representadas por índices de pobreza, desemprego, falta de igualdade de oportunidades, patriarcalismo e discriminação sexual, acabaram por ser causas imperativas que possibilitaram que essas mulheres fossem presas fáceis para os traficantes. Afinal, o contexto de vulnerabilidade no qual estavam inseridas fazia com que emergisse nelas um desejo romantizado de migrar para o ocidente em busca das condições de vida mais virtuosas que lhes eram negadas.

O tráfico despontou, então, como uma atividade econômica impulsionada pela lei da oferta e da procura. A demanda por prostitutas traficadas baseava-se na capacidade que uma mulher traficada possuía de ganhar mais dividendos para seu “dono” e na facilidade que o proxeneta detinha de assumir o controle sobre essas mulheres. Enquanto na Ucrânia, o lado da oferta foi impulsionado pela pobreza e pelo desemprego das mulheres, uma vez que haviam sido marginalizadas política e economicamente.

Em meio ao surgimento desse novo mercado, os então empreendedores passam a utilizar das mais diversas estratégias para aumentar a eficiência do seu negócio e obter vantagem frente à concorrência. É bem documentado o quanto os criminosos evoluíram em diversas redes de crime organizado altamente complexas que contam inclusive com a associação de policiais e oficiais do governo corruptos, tanto na Ucrânia, quanto nos países de destino. Com a economia da guerra as redes de tráfico se expandem, em virtude da debilidade dos sistemas de fiscalização e controle, fazendo dos corpos de muitas ucranianas verdadeiras zonas de guerra, com condições de vulnerabilidade ampliadas.

As vítimas tornam-se não só escravas sexuais, como também escravas da indústria do sexo. Uma vez que encaram um elevado preconceito para com a prostituição na Ucrânia e que a abusiva experiência a qual são submetidas não propicia lucros, a fuga da indústria é

praticamente impossível, e essas mulheres permanecem no mesmo ramo por falta de opções, frequentemente como cafetinas após deixarem de ser lucrativas como prostitutas.

Ao se tornarem reféns de organizações criminosas que apenas se proliferaram e se mantiveram em atividade devido à completa ausência do estado (incluindo a cooperação deste, até certo grau) e subsequentemente serem mais uma vez ignoradas pelo mesmo estado, que falha em lhes apresentar alternativas justas e dignas para o convívio em sociedade, são negados às vítimas todos os direitos mais básicos, comprometendo toda a vida que elas teriam pela frente e caracterizando a situação como um claro problema de segurança humana.

Booth (1999) diz que nós temos direitos humanos não porque somos humanos, mas porque queremos ser espécies que se tornem humanas. Soluções holísticas passam pela (re)humanização, o enxergar problemas como o do tráfico de seres humanos com menos numerários e mais investimentos, que inquerem da comunidade internacional respostas mais coordenadas e eficazes para viabilizar melhores programas de prevenção, recuperação, educação e apoio às vítimas.

Referências Bibiográficas

ÅSLUND, A. Eurasia Letter: Ukraine's Turnaround. *Foreign Policy*, [online] 100, p. 125-143, 1995. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/1149308. Acesso em: 19 jun. 2018.

ÅSLUND, A. *How Ukraine became a market economy and democracy*. Washington, DC: Peterson Institute for International Economics, 2009.

BOOTH, K. Security and emancipation. *Review of International Studies*, v. 17, n. 4, p. 313-326, 1991

BUZAN, B.; LENE, H. A evolução dos estudos de segurança internacional. São Paulo: Unesp, 2012.

CONQUEST, R. *The harvest of sorrow*. Nova York: Oxford University Press, 1987.

CORRIN, C. Transitional Road for Traffic: Analysing Trafficking in Women From and Through Central and Eastern Europe. *Europe-Asia Studies*, [online] v. 57, n. 4, p. 543-560, 2005.

CROFT, S. What Future for Security Studies? In: WILLIAMS, P. (ed.). *Security Studies: an introduction*. 1. ed. Londres: Routledge, 2008. p. 499-510.

DEMIR, J. The trafficking of women for sexual exploitation: a gender-based and well-founded fear of persecution? Tese (Mestrado) – University of Pacia ESAS-CS, 2003.

DESINOVA, T. Trafficking in Women and Children for Purposes of Sexual Exploitation. p. 1-12, 2004.

FIERKE, K. *Critical Approaches to International Security*. 2. ed. Cambridge: Polity, 2015. p. 1-94.

GALTUNG, J. *Violence, Peace, and Peace Research*. Journal of Peace Research, v. 6, n. 3, p. 167-191, 1969.

HRYCAK, A. The Dilemmas of Civic Revival: Ukrainian Women since Independence. *Journal of Ukrainian Studies*, v. 26, n. 1, p. 135-158, 2001.

HUGHES, D. The "Natasha" Trade: The Transnational Shadow Market of Trafficking in Women. *Journal of International Affairs*, [online] v. 53, n. 2, p. 625-651, 2000.

HUGHES, D. *Ukrainian Women: Victims of Putin's War and Sex Industry Predators*. Dignity: A Journal of Analysis of Exploitation and Violence, v. 7, n. 2, 2022.

HUGHES, D.; DENISOVA, T. The Transnational Political Criminal Nexus of Trafficking in Women from Ukraine. *Trends in Organized Crime*, v. 6, n. 3-4, p. 1-22, 2001.

HUGHES, D.; DESINOVA, T. Trafficking in Women from Ukraine. p. 1-62, 2003.

KALDOR, M.; BEEBE, S. The Ultimate Weapon is no Weapon. 1. ed. Nova York: Perseus Books, 2010. p. 1-14.

KATUNIAN, M. *Routes of Human Trafficking and Political Instability in Ukraine*. Journal of Eastern European Studies, v. 9, n. 3, p. 145-162, 2012.

KLIGMAN, G.; STEPHANIE, L. Trafficking Women After Socialism: To Through, and From Eastern Europe. *Social Politics*, v. 12, n. 1, p. 118-140, 2005.

KOTLYAROVA, T. *Human Trafficking in Eastern Europe: Dynamics and Countermeasures*. European Journal of Criminology, v. 8, n. 2, p. 179-200, 2011.

PYCLIK, J. The "Natasha" Networks: Sex Trafficking in Post-Cold War Europe. Dissertação (Mestrado) – University of North Carolina at Chapel Hill, 2006.

SALTER, M.; CHANDLER, D. *Critical Human Security Studies*. Review of International Studies, v. 35, n. 3, p. 626-643, 2009.

SANTOS, B.; GOMES, C.; DUARTE, M. Tráfico Sexual de Mulheres: Representações sobre Ilegalidade e Vitimização. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, [online] n. 87, p. 69-94, 2009.

SUBTELNY, O. *Ukraine: a history*. Toronto: University of Toronto, 2011. p. 19-55.

THAKUR, R. *Human Security: A Challenge to International Law?* The International Journal of Human Rights, v. 7, n. 3, p. 345-359, 2003.

VASYLENKO, Olena. *Trafficking in Human Beings as an Extreme Problem in Ukraine*. Internal Security, v. 2, n. 2, p. 33-43, 2010.

WILLIAMS, P.; PICARELLI, J. Organized Crime in Ukraine: Challenge and Response. p. 1-72, 2002.

WOODS, T. A fome na Ucrânia - um dos maiores crimes do estado foi esquecido. *Mises Brasil*, [online] 2015